

De
B. 11/11/17

Quanto à *culpabilidade*, se extrai três causas excludentes: a inimizabilidade, ausência da potencial consciência da ilicitude e **inexigibilidade de conduta diversa**.

24

A digna Promotora de Justiça tratou em suas Alegações Finais apenas o nexo de causalidade, como se a problemática estivesse circunscrita apenas ao referido ao 4º elemento do primeiro substrato, o que é um equívoco. A discussão tratada neste Memorial vai além. Se relaciona aos três substratos do crime, quais sejam: o 2º elemento do substrato "*fato típico*", que é a conduta; o substrato "*ilícito*" no que tange ao estado de necessidade e a legítima defesa; também se relaciona ao 3º substrato que é a *culpabilidade*, referente a *inexigibilidade de conduta diversa*.

É lição comezinha no estudo do Direito Penal a análise dos substratos da Teoria do Crime. E dessa análise, de acordo com caso posto em debate, se extrai a única conclusão: **A CONDUTA DO APELANTE NÃO CONSTITUI CRIME**, uma vez que, para a existência de crime, além da presença de uma conduta dolosa ou culposa (conduta – 2º elemento do fato típico), tal conduta deve ser **ILÍCITA** e **CULPÁVEL**.

5.1 AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA: EXCLUDENTES DE ILICITUDE.

5.1.1 Estado de necessidade.

Há situações em que podem ser encontradas mais de uma causa excludente da ilicitude, como é o caso dos autos. Como será demonstrado, o réu agiu coberto pelas excludentes de ilicitude *estado de necessidade* e *legítima defesa*.

